



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

CIDADE DA INFÂNCIA: LUGAR E COTIDIANO NA CONTEMPORANEIDADE

Bianca Breyer Cardoso (UFRGS) - bianca.cardoso@ufrgs.br

Arquiteta e Urbanista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS).

Raquel Ferreira Daroda (UFRGS) - raqueldaroda@gmail.com

Arquiteta e Urbanista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS).

1. Introdução

“La ciudad cambiará, pero la ciudad de la infancia, real y mítica, la llevamos siempre dentro.” (BORJA, 1990, p. 55)

Caracterizada pela aventura, pelo enfrentamento dos riscos e pela descoberta dos outros, a cidade da infância é, para Borja, resultante dos “percursos cotidianos”, a partir dos quais a criança se depara com a diversidade de atividades e pessoas reunidas na cidade (BORJA, 1990, p. 51). É a partir desta “aventura iniciática”, segundo o autor, que a criança mergulha no processo coletivo e explora a dimensão dialética do “público-privado”, através da qual oscila entre a intimidade da vida privada e as possibilidades de sociabilidade da vida pública. Evocar a cidade da infância é, portanto, falar de um conjunto de experiências que colocam em contato criança e cidade.

Ao acionar tais experiências, somos conduzidos, via de regra, à lembrança de um momento singular de nossas vidas. Ademais, a evocação do passado nos leva, muitas vezes, a questionar o presente. Hoje, ao olharmos para a cidade aí como está, veloz, insone, por vezes fragmentada e, no mais das vezes, diferente daquela das nossas infâncias, nos perguntamos: onde ficará a cidade da infância na contemporaneidade?

Ao nível do senso comum, é frequente que se responda a esta pergunta sob a ótica da nostalgia, através de discursos que acionam o passado para desqualificar o presente, ou a partir da perspectiva do medo, que justifica a não fruição do espaço pela criança pelas imposições da violência e da insegurança. Por estas vias, as crianças do século XXI estariam fadadas a viver suas infâncias em espaços protegidos, poupadas da vida desordenada da cidade real. A cidade da infância, então, deixaria de existir?

Entendemos que, como planejadores urbanos, não é possível aceitar que não haja espaço para as experiências singulares da infância na cidade contemporânea. Dessa forma, buscamos superar as impressões negativas do senso comum, a fim de vislumbrar as cidades da infância no contexto atual da sociedade contemporânea, buscando problematizar a relação contemporânea da criança com a cidade, a partir de uma perspectiva de transformação, e não de término, das práticas cotidianas da infância no espaço urbano.

Sob o paradigma da modernidade, procuramos compreender como tal transformação está relacionada a um processo mais amplo, que abrange a sociedade como um todo. Consideramos a modernidade, nos termos de Berman (2007, p.24), como “um tipo de experiência vital”, ou, como “uma certa maneira de experienciar o espaço e o tempo” (HARVEY, 2009, p. 187), a qual as transformações nos processos produtivos e econômicos e também nas relações entre Estado e sociedade impõem “novas características e conteúdos”, ao alterarem o “mundo do vivido” (MARZULO, 2005, p. 18).

Situamos a presente discussão teórica, integrada a uma investigação mais ampla desenvolvida em nível de mestrado, exatamente no estágio atual da modernidade, ao tomarmos um grupo social etariamente definido, as crianças, como objeto de estudo para problematizar a experiência urbana contemporânea no espaço da grande cidade.

Num estágio marcado por novas formas de produção e acumulação de bens e capitais, inovações tecnológicas e comunicacionais, principalmente pelo advento da comunicação virtual, um período em que a sociedade vive uma “relação cambiante entre espaço e tempo” (BAUMAN, 2001), como se desenha a apropriação social do espaço urbano na cidade contemporânea?

Nesta fase de “novas combinações de espaço-tempo” (HALL, 2002, p. 67), que acaba sendo caracterizada pelo esvaziamento do espaço público, pela expansão do espaço privado (SENNETT, 1988; BAUMAN, 2001) e pelo aumento da segregação socioespacial (RIBEIRO, 2004), como as crianças se relacionam com o urbano? O estágio presente da modernidade impõe o esvaziamento da relação da criança com a cidade? Ou transforma esta relação, atualizando-a aos novos conteúdos da vida moderna?

A partir destas indagações, este artigo pretende aprofundar a reflexão sobre a relação entre criança e cidade, tendo como foco as experiências espaciais da infância no espaço urbano, a partir das categorias de lugar e cotidiano. Com base na revisão crítica da literatura, e através de análises fílmicas realizadas no âmbito da linha de pesquisa Classe e Território, do Grupo Identidade e Território (GPIT/UFRGS), objetiva-se: (i) compreender de que forma as práticas espaciais cotidianas estabelecem, em tese, a relação da criança com o lugar; (ii) discorrer sobre os indicativos de transformação das práticas da infância e sua possível correlação com mudanças sociais mais amplas; (iii) abordar a diversificação da experiência espacial das crianças no contexto da cidade contemporânea; e (iv) discutir de que forma as práticas contemporâneas são capazes de propiciar o envolvimento da criança com o lugar.

2. Práticas cotidianas: como o espaço vira lugar

Para compreendermos de que forma as práticas espaciais cotidianas permitem que a criança estabeleça uma relação com a cidade é importante analisarmos como se dá, em linhas gerais, o envolvimento da criança com o próprio espaço. Desde o início da vida, o contato que a criança estabelece com o espaço é fundamental para o seu desenvolvimento físico, motor, emocional e cognitivo (KYTTÄ, 2004; OLIVEIRA, 2004). Essa relação se inicia com o reconhecimento de um espaço geral, no qual o próprio corpo é mais um objeto, diferente dos outros (PIAGET, 1983) e vai evoluindo de forma gradativa.

A gradação no envolvimento espacial acompanha, de certa forma, as etapas do desenvolvimento intelectual da criança (PIAGET, 1983), pois à medida que ela adquire novas noções pode também expandir os limites de contato com o mundo que a cerca. Por outro lado, o próprio envolvimento com o espaço atua sobre o desenvolvimento da cognição ambiental da criança, pois, através de um processo mental motivado “pelo interesse e pela necessidade”, ela estrutura e organiza sua interface com a realidade e o mundo, “selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado” (DEL RIO *apud* OLIVEIRA, 2004, p.34). Dessa forma, segundo Oliveira (2004), a criança percebe, representa e constrói, através do movimento e do deslocamento no espaço, uma imagem do mundo exterior, ou, a “imagem ambiental”, nos termos de Kevin Lynch (1997).

De acordo com Certeau (2009, p. 175), as “práticas do espaço tecem as condições determinantes da vida social”, e é através das “ações espacializantes” e do movimento que se constrói a familiaridade com a cidade. Assim, nos termos do autor, a interação que a criança estabelece com o espaço da cidade se dá através destas ações espacializantes – ver, caminhar e falar – que se desenrolam no seu dia-a-dia, logo, em seu cotidiano. Assim, o desenrolar de uma ação cotidiana no espaço acaba por produzir o envolvimento e o conhecimento deste espaço, através do aprofundamento da experiência espacial (CERTEAU, 2009; MOORE; YOUNG, 1980).

A experiência é, segundo Tuan (1983, p.9), “um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” e “implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência.” O sentido de “experiência” em Tuan é análogo ao de “prática” em Certeau (2009) que, segundo vimos anteriormente, afirma que “para conhecer e lembrar de um lugar é preciso praticá-lo”.

Para compreendermos melhor de que forma se desenvolve o aprofundamento desta experiência é fundamental analisarmos as categorias de espaço e lugar, pois:

“Na experiência, o significado de espaço se funde com o de lugar. Espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” (TUAN, 1983, p.6)

Assim como Tuan, Certeau (2009) também deixa clara a ideia de um abstrato que se particulariza através da prática. Contudo, ao passo que para Tuan (1983) o espaço transforma-se em lugar, para Certeau (2009) esta relação ocorre aparentemente em sentido inverso, pois “o espaço é um lugar praticado”, ou seja, o lugar, espaço geometricamente definido para o autor, transforma-se em espaço à medida que é experimentado.

Para a presente análise, adotaremos a relação que considera o espaço como ente mais abstrato (TUAN, 1983; AUGÉ, 1994), que se transforma em lugar à medida que é

experimentado e praticado cotidianamente, adquirindo “definição e significado” (TUAN, 1983), através “do conhecimento e do envolvimento” (MOORE; YOUNG, 1980). Assim, temos que “lugar é o espaço vivido” (SANTOS, 2006).

O processo de envolvimento com o espaço se dá a partir do domínio privado em direção ao domínio público, através de estágios sucessivos. Estes estágios compõem, de acordo com Harloff, Lehnert e Eybisch (1998, p.59), as quatro faixas do sistema de espaços da vida urbana das crianças, que avançam da habitação, passando pelo espaço imediatamente exterior à casa, em seguida pelo bairro, até chegar à cidade como um todo.

O domínio público não se restringe ao espaço juridicamente público, mas abrange todo espaço de acesso e uso público, “base física sobre a qual é possível promover o contato e a integração social e afirmar a urbanidade e a cidadania” (NYGAARD, 2010, p. 17). Este espaço pode ser caracterizado pelos espaços públicos abertos, as ruas, os parques e as praças, bem como pelos espaços fechados de uso público, que podem ter controle público ou semi-público (BASSO, 2001). Enfim, todos os espaços que se caracterizam como um “domínio público explorável”, o fora, que proporciona “o envolvimento com os sistemas vivos e com a cultura prevalente”, e oferecem um contraponto ao “domínio privado, fonte de abrigo físico, segurança social e apoio psíquico”, o dentro (MOORE; YOUNG, 1980, p.121).

Logo, é no domínio público que a criança entra em contato com os estranhos e inaugura uma vida pública. E é a partir dos “processos de encontro com o desconhecido” que a criança se familiariza com os riscos, enriquece suas percepções e sua experiência (SENNETT, 1988, p.359). É, ainda, através da experiência da vida pública que a criança desenvolve, de forma mais intensa, suas noções de cidadania e civilidade (SANTOS et al., 1985). Conforme Santos (1985, p.130), a “pedagogia da rua” é fundamental para a elaboração do “exercício da responsabilidade em relação ao que é comum” e da aplicação e reprodução das regras ao nível da sociabilidade do cotidiano, uma vez que a criança exercita o pertencimento “a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações sociais”.

Assim, o contato com o espaço de uso público oferece à criança uma ampla gama experiencial, pela diversidade de pessoas e atividades que reúne. E é justamente a partir da prática cotidiana deste espaço que esta experiência potencialmente rica é efetivada.

3. Passado e presente: a transformação das práticas espaciais da infância

Há algumas décadas atrás, as práticas espaciais das crianças estavam muito mais associadas ao espaço público do que atualmente. Isto porque o cotidiano era vivido mais

intensamente nas ruas da cidade, tidas como espaço da liberdade, do jogo e da diversão (OLIVEIRA, 2004).

Esta infância vivida nas ruas foi, inclusive, consagrada nas telas do cinema (Figura 1), como bem revelam filmes como *Na Idade da Inocência* (TRUFFAUT, 1976), *O Pequeno Nicolau* (TIRARD, 2009) e *O Ano em que meus Pais Saíram de Férias* (HAMBURGER, 2006). Esse contexto de liberdade e divertimento, aliás, é muito semelhante aquele da aventura e da descoberta descrito por Borja (1990) como sendo a essência da cidade da infância.

Figura 1. A cidade da infância consagrada no cinema: O Pequeno Nicolau (TIRARD, 2009)



Possivelmente, é esta imagem de infância urbana que é acionada por aqueles que apontam uma transformação radical da experiência das crianças no espaço da cidade. O contraste entre o passado e o presente é, provavelmente, o que motiva as impressões negativas do senso comum, que apontávamos ainda na introdução.

Os indicativos de uma redução da liberdade e o sentimento de privação das crianças de hoje em relação às do passado, justificados, na maioria das vezes, pelo aumento da violência e da insegurança urbana, ficam explícitos em recente matéria de jornal, na qual algumas famílias foram convidadas a comparar o estilo de vida dos filhos em relação às experiências dos pais:

“Bicicleta sem função:

[O filho] não lembra ao certo da última vez em que andou de bicicleta. [...] Ao contrário do pai que, na sua idade, tinha a bicicleta como uma extensão do corpo, [e que] todas as tardes, depois da aula, ganhava as ruas de [sua cidade] para pedalar com os amigos.

— A grande diferença agora é que tem perigo de assalto — diz [o filho].

Ao ouvir isso, [o pai] se inclina na direção do filho e faz a pergunta que jamais ocorreria a seu pai:

— Tu te sentes preso em casa, filho?

— Não. Mas sinto falta de ter amigos (da vizinhança) com quem passar o tempo.

O desejo [do filho] é que a família se mude para um condomínio, onde ele poderia se soltar ao ar livre. Exatamente como o pai fazia.” (ZERO HORA, 2010)

Não restam dúvidas de que algo mudou com o passar dos anos. O fenômeno da diminuição da liberdade de movimentos das crianças, por exemplo, já foi constatado em pesquisas recentes (a exemplo de TONUCCI, 2002). Porém, assim como em relação à redução da mobilidade independente, que era considerada, previamente, decorrente quase exclusivamente do uso do automóvel, as causas e a real extensão do fenômeno de transformação das práticas espaciais das crianças ainda não foram suficientemente esclarecidas.

Entretanto, mais grave do que o não esclarecimento, é a tendência, muito forte ao nível do senso comum, e até mesmo do senso comum erudito, em decretar o fim da experiência urbana das crianças na cidade, num discurso que afirma que “tudo costumava ser melhor” (KARSTEN, 2005).

Estabelecer o fim da experiência singular das crianças no espaço urbano aponta uma impossibilidade e, de certa forma, exime de responsabilidade os envolvidos em pensar o futuro das cidades. Entendemos, pelo contrário, que antes de qualquer afirmação mais radical, faz-se necessário compreender quais os aspectos envolvidos na transformação das práticas espaciais da infância. É possível presumir que esta transformação não é um fato isolado, mas está relacionada a um processo mais amplo, característico da sociedade contemporânea como um todo, que exige uma observação mais atenta.

Entre outros fatores, esta transformação seria fruto de mudanças na própria natureza dos espaços urbanos. A “rua de brincar”, por exemplo, precede a ampla difusão dos automóveis nas cidades. O espaço outrora ocupado com brincadeiras, hoje abriga um intenso tráfego motorizado, bem como os estacionamentos por ele demandados. Além disso, o aumento no número de veículos trouxe consigo um novo desenho de cidade, que privilegia o carro e o deslocamento em velocidade, através de vias expressas.

Além da reconfiguração dos espaços existentes, surgem novos espaços de lazer e recreação. Às ruas somam-se, inicialmente, os parques e as praças, cujo interior abriga, geralmente, espaços exclusivos de recreação infantil. E mais contemporaneamente, os *shoppings centers* despontam como alternativa de lazer para todas as faixas etárias. Surgem, ainda, novas tipologias habitacionais, a exemplo dos condomínios verticais e horizontais, que culminam nos condomínios fechados. Estes últimos se configuram, na maioria das vezes, como verdadeiros enclaves murados, que em alguns casos abrigam

apenas a função residencial, eliminando a diversidade urbana proveniente da combinação de usos (JACOBS, 2000), característica dos bairros tradicionais, e, em outros, recriam uma micro-cidade fortificada, que se opõe, através do isolamento, à cidade de fato.

Em paralelo, ocorre uma progressiva redução dos espaços públicos, que afeta os âmbitos de sociabilidade informal urbana, principalmente entre classes (KAZTMAN, 2001). Em contrapartida, se desenha um recolhimento ao espaço privado (BIDOU-ZACHARIASEN, 1994). A casa, que antes abrigava uma família mais numerosa, passa a oferecer mais espaço à criança, em parte pela ausência das mães que agora ocupam o mercado de trabalho, mas, principalmente, por disponibilizar maiores possibilidades ambientais de jogo e brincadeira, aumentando seu domínio sobre o espaço privado. Essas novas possibilidades de brincadeira devem-se, em grande parte, às novas tecnologias, inicialmente da televisão e, posteriormente, do computador pessoal, da internet e da comunicação virtual.

O recolhimento ao espaço privado representa também uma necessidade de maior proteção da criança. A partir do momento em que a infância passa a ser considerada um período de maior vulnerabilidade, entende-se que o espaço externo à casa é inseguro e violento, e oferece, supostamente, grandes riscos à integridade física e moral da criança (KARSTEN, 2008), exigindo uma espécie de afastamento preventivo.

Todas estas mudanças refletem, segundo Schapira (2001) o “ritmo da globalização”, mas revelam, sobretudo, “as transformações familiares e a crescente individualização dos projetos” que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea. Inclusive, é possível avistar, segundo a autora, “um novo estilo de vida, mais hedonista, que se destaca da esfera pública em favor da família, da natureza e da segurança”. Assim, percebe-se um redesenho contemporâneo entre as esferas pública e privada, que acaba sendo determinante para estabelecer novos tipos de experiência do espaço urbano.

É importante compreendermos de que forma este novo desenho entre domínios público e privado interfere na experiência espacial das crianças na cidade. Além disso, é necessário vislumbrar o impacto efetivo das mudanças sócio-espaciais sobre as práticas cotidianas da infância na cidade contemporânea, como faremos a seguir.

4. Múltiplas infâncias: novas experiências de espaço e tempo

Milton Santos (2006), ao mencionar Michel Serres, afirma que a globalização altera nossa relação com o mundo, antes vivenciada apenas na dimensão local, ao incorporar também a dimensão global. Assim, de uma experiência local-local passamos a uma local-global. Por outro lado, esta incorporação permite, segundo o autor, uma “redescoberta da dimensão local”, a partir de uma “nova realidade do lugar”.

Diante do “novo interesse pelo local” (HALL, 2005), propiciado por um espírito que, apesar de global, valoriza as diferenciações do lugar (HARVEY, 2009), impõe-se, ainda segundo Santos, uma necessidade de encontrar os “novos significados do lugar”. E, justamente, o cotidiano, enquanto “categoria da existência [que] presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido”, é, para o autor, um dos caminhos para este encontro (SANTOS, 2006, p. 213).

Assim, para compreendermos a nova realidade dos lugares da infância, é fundamental considerarmos o cotidiano das crianças ao analisarmos de que forma se estabelece a experiência espacial urbana nos dias de hoje. Contudo, antes, é necessário que recuperemos a ideia da “relação cambiante entre espaço e tempo” que, segundo Bauman (2001), se processa no presente estágio da modernidade, para avaliar em que termos se desenha a relação criança-cidade contemporaneamente.

Através do que denomina “compressão tempo-espaço”, David Harvey nos oferece alguns subsídios para a compreensão. Segundo ele, por meio de “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo”, assistimos a uma “aceleração do ritmo da vida”, ao passo que “o mundo parece encolher sobre nós” (HARVEY, 2009, p.219).

Contudo, ao passo que para nós, adultos, a compressão tempo-espaço, encolhe o espaço numa “aldeia global” e reduz os “horizontes temporais” ao presente, nos forçando, de acordo com Harvey, “a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo pra nós mesmos”, para as crianças não existe necessidade de alteração, pois elas já constroem sua percepção nesta nova realidade.

Ainda nos termos de Harvey, as crianças já possuem o “equipamento perceptivo” que permite que percebam esse “novo tipo de hiperespaço” (p. 187). E é, possivelmente, aí que se estabelece a lacuna que impede que, muitas vezes, os adultos captem as sutilezas que diferenciam infâncias e experiências espaciais que tomam lugar em tempos e espaços distintos.

Em estudo realizado na Holanda sobre mudanças intergeracionais na utilização do espaço urbano pelas crianças, Karsten (2005) foi capaz de compreender tais nuances, fugindo aos estereótipos do fim da cidade da infância, ao identificar uma alteração nos padrões de utilização do espaço. A autora constatou que o espaço da rua, considerado nas décadas de 1950-60 um “lugar das crianças”, havia se convertido em “lugar dos adultos”, ocorrendo o inverso com o espaço privado, antes domínio dos adultos.

Segundo Karsten, em adição ao uso tradicional das crianças do espaço aberto, hoje é possível distinguir outros dois tipos de uso, que se caracterizam pela diminuição das brincadeiras no espaço aberto e pelo aumento da supervisão dos adultos (Tabela 1).

Tabela 1. Padrões de utilização do espaço urbano – Holanda (KARSTEN, 2005)

Tipos de crianças	Utilização do espaço urbano (relação público/privado)
Crianças do espaço aberto padrão tradicional	Domínios inalterados (público = crianças, privado = adultos).
Crianças do espaço aberto padrão recente	Equivalência entre o uso do espaço público e do espaço privado.
Crianças do espaço fechado	Espaço privado como única opção (insegurança espaço público).
Crianças da geração “banco de trás”	Experiência do espaço público é dosada e mediada pelos adultos.

As crianças do espaço aberto, por sua vez, se subdividem entre as do padrão tradicional e as de um padrão recente, este último privilegiado, segundo a autora, pelo equilíbrio entre a utilização do espaço público e do espaço privado. Isto caracterizaria, de acordo com Karsten, um movimento de “diversificação da geografia das crianças”, e não o fim da utilização do espaço público pelas crianças.

Paralelamente, ao analisar a relação contemporânea das crianças com a rua e suas práticas de deslocamento na cidade de São Paulo, Oliveira (2004) constatou a existência de três categorias: a das crianças que caminham pela rua; a das crianças para as quais a rua é apenas circulação; e a das crianças em situação de risco (Tabela 2).

Tabela 2. Práticas de deslocamento das crianças – Brasil (OLIVEIRA, 2004)

Categorias de crianças	Características e práticas de deslocamento	Correspondência com Karsten
Caminham pela rua	<ul style="list-style-type: none"> - Geralmente, vivem em bairros de menor renda; - Espaço aberto como espaço de lazer, encontro e troca; - Caminham por todo o bairro; - Bom conhecimento do espaço, guiam-se sozinhas. 	Crianças do espaço aberto
Para as quais a rua é apenas circulação	<ul style="list-style-type: none"> - Não caminham pelas ruas de seu bairro e muito menos pelas ruas da cidade; - Vivem em espécies de “ilhas”, de um espaço privado a outro; - Deslocam-se quase sempre por meio de um veículo; - Liberdade restrita e pouco conhecimento do espaço em que vivem. 	Crianças da geração “banco de trás” ou Crianças do espaço fechado
Em situação de risco	<ul style="list-style-type: none"> - Habitam a rua ou utilizam-na como espaço de sobrevivência - Possuem uma “pseudo-liberdade”, pois tem uma experiência ilimitada do espaço público, porém sem referência do privado. 	Não há relação público/ privado.

Observando as tabelas, podemos constatar resultados análogos entre os estudos de Karsten e Oliveira, no que se refere à manutenção, ainda que reduzida, de um padrão tradicional de utilização do espaço da rua como espaço de lazer; e na emergência de um novo padrão de utilização mediada ou não-utilização do espaço público, caracterizada pela geração “banco de trás”. O aspecto singular da realidade estudada por Oliveira é a presença

das crianças em situação de risco, que vivem de forma peculiar e distorcida a experiência espacial urbana.

Em artigo anterior (CARDOSO; MARZULO, 2010), que tomou duas produções fílmicas brasileiras como objetos de estudo para analisar a diversificação das práticas sócio-espaciais da infância, também foi possível constatar a multiplicidade de infâncias na cidade contemporânea. Através de um breve exercício de aproximação entre as produções e o quadro teórico (KARSTEN, 2005; OLIVEIRA, 2004), foi possível identificar a correlação entre ambos, principalmente em relação à heterogeneização das práticas infantis, confirmada, por exemplo, pela vinculação entre os novos padrões de utilização do espaço urbano apontados por Karsten e as práticas espaciais dos personagens analisados.

Em *No Meio da Rua* (Figura 2), por exemplo, Leonardo é um típico garoto da “geração banco de trás”, com perfil das “crianças que não caminham pela cidade”, enquanto Kiko vivencia o espaço público de forma semelhante às crianças em situação de risco, apesar de morar em uma casa com sua família.

Figura 2. A diversificação das cidades da infância: No Meio da Rua (FONTOURA, 2006)



O exercício de análise fílmica permite, ainda, compreender que havia uma necessidade, em um período anterior, de tratar a infância como um grupo homogêneo, como forma de delimitá-la enquanto etapa especial da vida humana, distinta do mundo adulto (CARDOSO; MARZULO, 2010). Disto resultou a cidade da infância consagrada nos filmes de décadas anteriores, já ilustrada pela Figura 1. Hoje, superada esta necessidade, a constatação da diversificação das cidades da infância, assinalada inicialmente por Karsten, é convergente ao entendimento de que a infância não é um “grupo homogêneo”, mas é antes “marcada pela heterogeneidade e diversidade de condições”, que possibilitam “a existência de múltiplas infâncias” (DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 5).

5. O cotidiano do século XXI: os espaços ainda viram lugar?

Vimos até aqui que, ao invés do fim das práticas da infância no espaço da cidade, vem ocorrendo um processo de diversificação das mesmas. Este processo acompanha as mudanças na natureza dos espaços urbanos e também as transformações mais amplas que atingem à sociedade como um todo. Parte-se de um padrão homogêneo, bastante vinculado à dimensão local, para múltiplos padrões, que refletem a diversificação das estruturas familiares e os novos padrões de comunicação e consumo e atualizam a relação da criança com a cidade aos novos conteúdos da vida moderna.

Contudo, apesar da multiplicidade de experiências vivenciadas pela infância nos dias de hoje, parece haver um processo que torna a experiência espacial das crianças mais superficial, principalmente em relação ao espaço público e à dimensão coletiva da vida urbana. Assim, poderíamos nos perguntar: as práticas cotidianas contemporâneas seriam capazes, apesar da superficialidade da experiência, de transformar espaços em lugares? Ou o não aprofundamento da experiência impede que as crianças atribuam significado aos espaços?

Antes de qualquer coisa, é importante compreendermos que a superficialidade da experiência espacial também parece estar vinculada a uma tendência de efemeridade que domina a sociedade como um todo, pois, de acordo com Harvey (2009, p. 59), “a busca do impacto instantâneo”, característica da compressão tempo-espaço, acaba gerando uma “perda paralela da profundidade”. Comparando o modo de produção anterior, do modelo fordista, ao atual, da acumulação flexível, o autor afirma que:

“O movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil [...], o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária. [...] Entretanto, como Simmel (1978) sugeriu há muito tempo, é também nesses períodos de fragmentação e insegurança que o desejo de valores estáveis faz surgir uma ênfase intensificada na autoridade das instituições básicas – a família, a religião, o Estado.” (HARVEY, 2009, p. 161)

Assim, percebemos que também a experiência das crianças na cidade pode ser envolvida pelo “efeito pluralizante e contraditório” da globalização que, segundo Hall (2005), institui uma “homogeneização cultural” através da inserção da escala global, ao passo que valoriza a “diferenciação local”, sem, contudo, ser capaz de vincular as identidades ao lugar. Dessa forma, contraditoriamente, à medida que se diversificam as práticas espaciais da infância, ocorre uma homogeneização que as desvincula do lugar e do tempo,

principalmente pela criação de espaços padronizados em diferentes cidades, a exemplo dos *shoppings centers*.

Além disso, a disseminação de uma “política do medo”, nos termos de Bauman (2001), acaba muitas vezes desestimulando a vivência do espaço público pelas crianças, restringindo sua atuação pública a espaços protegidos e controlados. Nesse sentido, criam-se espécies de fortalezas, a exemplo dos já mencionados condomínios fechados, que promovem o que Sennett (1988) denomina de “celebração do gueto”, e colocam a “comunidade contra a cidade”, criando uma esterilidade, segundo Bauman (2001), capaz de desqualificar a experiência urbana apesar de seu propósito inicial ser, justamente, o oposto.

Essa “sociedade intimista”, de acordo com Sennett, induz ao “declínio da vida pública”, afetando diretamente as crianças, a exemplo da “geração banco de trás”, que como vimos, vivencia o espaço da cidade de forma dosada e controlada pelos adultos. O controle excessivo impede o contato da criança com a diversidade que a cidade oferece, empobrecendo não só sua percepção espacial, mas também sua experiência cívica e social.

O convívio entre iguais, nos “abrigos da conformidade, monotonia e repetitividade comunitárias”, uniformiza a experiência e não estimula a “capacidade de conviver com a diferença”, redundando na incapacidade de “enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões” (BAUMAN, 2001, p.123).

O declínio da liberdade de movimentos e a conseqüente diminuição do envolvimento da criança com a vida pública reverberam na sociedade e na cidade como um todo, a partir do momento em que afetam não só o desenvolvimento da criança em si, mas também seu senso de responsabilidade com o ambiente (KYTTÄ, 2004). Entretanto, a reverberação mais profunda para a cidade está na exclusão dos jovens cidadãos do espaço público, que leva à perda do significado da cidade como lugar de encontro, animação, participação, criatividade e diversidade (NETO; MALHO, 2004; KARSTEN; VAN VLIET, 2006; TONUCCI, 2007), aniquilada enquanto “instrumento de vida impessoal” (SENNETT, 1988).

Em síntese, a cidade da infância não deixa de existir, ao contrário, multiplica-se e diversifica suas formas, apesar do lugar e do cotidiano desenharem-se sobre novas bases, que incorporam a velocidade e a efemeridade à vida diária. Possivelmente, existirão experiências capazes de transformar espaços em lugares, ao garantirem-lhes significado através da profundidade de envolvimento estabelecida pelas práticas cotidianas. Em paralelo, poderão haver experiências tão superficiais que, incapazes de criar lugares, apenas redundarão numa coleção de espaços desconexos.

Contudo, como planejadores urbanos, não basta que nos preocupemos em vislumbrar as cidades da infância na contemporaneidade, nem buscar compreender como as mudanças socioespaciais são capazes de afetar as práticas cotidianas das crianças.

Nosso percurso até aqui demonstra que não apenas a cidade e os lugares da infância podem estar ameaçados, mas, sobretudo, que o espírito de cidadania, civilidade e urbanidade pode ser comprometido, negativamente, pela superficialidade que impede a criação de raízes e pertencimento, bem como a apropriação social de fato dos espaços da cidade como um todo.

6. Referências bibliográficas

AUGÈ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BASSO, Jussara. **Investigação de fatores que afetam o desempenho e apropriação de espaços abertos públicos**: o caso de Campo Grande – MS. Dissertação (Mestrado) – PROPUR/UFRGS, Porto Alegre, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. Rénovation urbaine et stratégies familiales: une étude de cas. **Sociétés Contemporaines**, n. 17, p. 11 – 27, 1994.

BORJA, Jordi. La ciudad conquistada: un punto de vista desde la sociología. In: FERNANDO, Jordi; MORELL, Sussi (coord.). **La ciudad educadora**: I Congrès Internacional de Ciutats Educadores. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 1990. p. 49-58.

CARDOSO, B.B.; MARZULO, E.P. **Infâncias urbanas multidiscursivas**. In: V Simpósio Nacional de História Cultural, 2010, Brasília. V Simpósio Nacional de História Cultural, 2010.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**, vol. I - artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2009.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. **Abordagens Etnográficas nas pesquisas com crianças e suas culturas**. In: 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2005.

FONTOURA, A.C. **No Meio da Rua**. Brasil, 2006. Filme cinematográfico, DVD.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP& A, 2005.

HAMBURGER, C. **O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias**. Brasil, 2006. Filme cinematográfico, DVD.

HARLOFF, H.J.; LEHNERT, S. ; EYBISCH, C. Children's life worlds in urban environments. In: GÖRLITZ, D. et al (Ed.). **Children, cities, and psychological theories: Developing relationships**. Berlin and New York: de Gruyter, p. 55-84, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. SP, Loyola, 2009.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KARSTEN, L. It All Used to be Better? Different Generations on Continuity and Change in Urban Children's Daily Use of Space. **Children's Geographies**, v.3, n.3, p. 275–290, dec. 2005.

_____. The upgrading of the sidewalk: from traditional working-class colonisation to the squatting practices of urban middle-class families. **Urban Design International** n. 13, p. 61–66, 2008.

KARSTEN, Lia; VAN VLIET, W. Increasing Children's Freedom of Movement: Introduction. **Children, Youth and Environments**, v.16, n.1, p. 69-73, 2006.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. In: **Revista de la CEPAL** n.75, p. 171 -189, dez. 2001.

KYTTÄ, Marketta. The extent of children's independent mobility and the number of actualized affordances as criteria for child-friendly environments. **Journal of Environmental Psychology**, v. 24, p. 179–198, 2004.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARZULO, E. P. **Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. Tese (Doutorado) - IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

MEIRELLES, F. et al. **Cidade dos Homens: Uólace e João Victor**. Brasil: O2 Filmes, 2002. Série de televisão, DVD.

MOORE, R.; YOUNG, D. Childhood Outdoors: Toward a Social Ecology of the Landscape. In: ALTMAN, I.; WOHLWILL, J. (Ed.). **Children and the Environment** (Human behavior and environment v.3). New York: Plenum Press, 1980.

NETO, C.; MALHO, M. Espaço Urbano e independência de mobilidade na infância. **Boletim do IAC**. Lisboa, n. 73, separata n. 11, p 1-4, julho/setembro 2004.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OLIVEIRA, C. **O ambiente urbano e a formação da criança**. São Paulo: Aleph, 2004.

- PIAGET, Jean. O tempo e o desenvolvimento intelectual da criança. In: **Epistemologia genética ou sabedoria e ilusões da filosofia ou problemas de psicologia genética**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 211-225
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: _____ (org.), **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**, São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, 2004, p.17-40.
- SANTOS, C. F. dos, et. al. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3.ed. São Paulo: Projeto, 1985.
- SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: _____. **A natureza do espaço**, São Paulo: EDUSP, 2006, p. 212-224.
- SCHAPIRA, M-F P. Métropoles d'Amérique latine : de l'espace public aux espaces privés. **Cahiers des Amériques Latines**, n. 35, p. 15 – 19, 2001.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TIRARD, L. **O Pequeno Nicolau** (*Le Petit Nicolas*). França, 2009. Filme cinematográfico, DVD.
- TONUCCI, F. et al. L'autonomia di movimento dei bambini italiani. **Quaderni del progetto "La città dei bambini"**, n. 1, Giugno 2002.
- TRUFFAUT, F. **Na Idade da Inocência** (*L'Argent de Poche*). França, 1976. Filme cinematográfico, DVD.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- ZERO HORA: **Em fotos e depoimentos, filhos voltam no tempo e encontram seus pais quando eles tinham a mesma idade**. Porto Alegre, 08 ago. 2010.